

# A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: O “Curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gérando (1839).”<sup>1</sup>

Maria Helena Camara Bastos\*

## Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o primeiro manual didático destinado à formação docente, publicado no Brasil em 1839, intitulado “Curso Normal para Professores de Primeiras Letras ou direções relativas a Educação Physica, Moral e Intelectual nas Escolas Primárias”, tradução da obra francesa do Barão De Gérando, editada em 1832. Pretende-se abordar a história da obra, do autor e de suas idéias pedagógicas; avaliar o sentido de sua aplicação na Escola Normal de Niterói e como leitura obrigatória para todos os professores públicos de primeiras letras da Província, bem como sua permanência como obra fundadora, já que ainda encontramos referências a esta obra em escritos educacionais nas décadas de 70 e 80, do século passado.

## Resumé

Cet article analyse le premier manuel didactique destiné à la formation des instituteurs, publié au Brésil en 1839, intitulé “Cours normal des instituteurs primaires, ou Directions relatives à l'éducation physique, morale et intellectuelle dans les écoles primaires”, traduction de l'ouvrage du Baron de Gérando, publié en France en 1832. Prétendre aborder l'histoire de l'oeuvre, de l'auteur et de ses idées pédagogiques; évaluer les objectifs de son application à l'École Normal de Niterói et comme lecture obligatoire de tous les instituteurs de la Province, aussi bien que sa permanence comme l'oeuvre fondatrice, puis qu'on trouve des références a cette oeuvre dans les écrits éducatifs jusque aux décennies de 70 et 80, du dernière siècle.

---

<sup>1</sup> Este artigo integra a linha de pesquisa intitulada *Educação Brasileira e Cultura Escolar: análise de discursos e práticas educativas (século XIX e XX)*.

\* Doutora em História e Filosofia da Educação / USP; Professora na UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO; Professora Titular em História da Educação - PPGEDU/UFRGS.

## Introdução

O Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 15 de outubro de 1827, primeira lei sobre a Instrução Pública Nacional do Império do Brasil, propõe a criação de escolas primárias com a adoção do método lancasteriano<sup>2</sup>, onde os professores deveriam ensinar a *“ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos; preferindo para o ensino da Leitura a Constituição do Império e História do Brasil. (...) as prendas que servem à economia doméstica; (...) os castigos serão aplicados pelo método lancaster”*. Aos professores que não tivessem a necessária preparação no método mútuo de ensino, o decreto previa a sua instrução a curto prazo e à custa do seu ordenado nas escolas das capitais. Um professor de primeiras letras que dominasse o método mútuo encarregava-se de ensiná-lo aos demais professores, através da demonstração prática, suprimindo, assim, os problemas de ausência de cursos específicos.

A implantação deste Decreto esbarrou em uma série de obstáculos, tais como a falta de adequados prédios escolares e material necessário à adoção do método; do descontentamento dos mestres, pela falta de uma preparação adequada; pela ausência de proteção dos poderes públicos e pela baixa recompensa pecuniária.<sup>3</sup>

Visando sanar, em parte, o problema de formação de professores é criada a primeira Escola Normal do Brasil (1835-1851), na capital da Província do Rio de Janeiro - Niterói, com o intuito de preparar os futuros mestres no domínio teórico-prático do método monitorial/mútuo: *“haverá na capital da província do Rio de Janeiro uma escola normal para n'ella se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução*

<sup>2</sup> Sobre a implantação do ensino mútuo no Brasil, ver: BASTOS, M.H.C. A Instrução Pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida. *Revista de História da Educação*. ASPHE/ Pelotas (1): 115-133, abr. 1997.

<sup>3</sup> Essa situação pode ser verificada através das recomendações dos Ministros do Império aos Presidentes das Províncias. Por exemplo, em setembro de 1831, o Ministro Lino Coutinho expede o seguinte aviso: *“Havendo chegado ao conhecimento da Regência o mau estado em que quase geralmente se acham logo em seu começo as Escolas Elementares de ensino mútuo, que o estado com sacrifício não pequeno tem procurado estabelecer e espalhar, afim de meter na massa geral dos cidadãos a primeira e a mais essencial instrução, de ler e escrever, sem o que se não pode dar melhoria de indústria, e nem de moralidade, e isto talvez pelo pouco instrução a curto prazo e à custa do seu ordenado nas escolas das capitais. cuidado da parte das Municipalidades, a quem cumpre prestar uma escrupulosa atenção em negócio de tanta transcendência”*. MOACYR, Primitivo. A Instrução e o Império. (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1823-1853. São Paulo: Ed. Nacional, 1936. p. 193.

*primária, e os professores actualmente existentes que não tiverem adquirido a necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da lei de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte e sete, artigo quinto*" (Lei n. 10, de 10 de abril de 1835). Esta lei, no artigo 15, também suspendia o "provisamento de cadeiras de primeiras letras vagas ou que vagarem, até que na escola normal se habilitem pessoas que a possam servir", o que reforçava a intenção do Estado de qualificar e dar idoneidade aos mestres.

A criação da Escola Normal fez parte de um projeto maior do grupo conservador fluminense que assume a direção da Província a partir da promulgação do Ato Adicional de 1834.<sup>4</sup> VILLELA, em seu estudo sobre a Escola Normal<sup>5</sup>, afirma que:

"a criação da escola normal se dá num momento marcado por forte idealização da educação que se caracterizou por uma crença ilimitada no poder civilizatório da instrução. A difusão das luzes se tornava para aqueles dirigentes o complemento indispensável da ação coercitiva exercida pelo Estado e a instrução pública, pelo seu potencial organizativo e civilizatório mereceria atenção especial, pois permitia - ou deveria permitir - que o Império se colocasse ao lado das Nações civilizadas." A formação de professores, seria o "ponto de partida para o exercício de uma direção. Criar a carreira do Magistério era tornar este professor um agente do governo, do Estado, capaz de estabelecer cotidianamente, no espaço escolar, o nexo instrução-educação, propiciando, por meio da formação disciplinada dos futuros Homens e cidadãos, e sua inclusão numa civilização."

A preocupação das autoridades em qualificar o professor com o que havia de mais *atual e moderno* para a preparação de mestres para o ensino mútuo, determina, em 1839, a tradução e impressão da obra do Barão de Gérando, intitulada "*Curso Normal para Professores de Primeiras Letras ou Direções relativas a Educação Physica, Moral e Intellectual nas Escolas Primárias*"<sup>6</sup>, editada na França em 1832.

Em outro artigo, já havíamos assinalado a França como a referência de implantação do método mútuo, fornecendo materiais, formando professores. Por exemplo, na Bahia, a lei que cria a Escola Normal, em abril de 1836,

<sup>4</sup> Consultar o estudo de: MATTOS, Ilmar R. O Tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

<sup>5</sup> VILLELA, Heloísa de O.S. A A primeira Escola Normal do Brasil. Uma contribuição à História da Formação de Professores. Niterói: UFF, 1990. (Dissertação de Mestrado).

<sup>6</sup> "*Curso Normal para Professores de Primeiras Letras ou direções relativas à educação physica, moral e intellectual nas Escolas Primárias pelo Barão Degerando, impresso por ordem do Governo Provincial do Rio de Janeiro para uso dos professres*". Nictheroy. Typographia Nictheroy de M. G. de S. Rego. Praça Municipal. 1839. 386p e *Apêndice de Leis Gerais e Provinciais*.

determina que esta compreenderia duas cadeiras: uma de ensino mútuo e outra que “tratará da leitura, da caligrafia, aritmética, desenho linear, princípios da doutrina cristã, gramática filosófica da língua portuguesa, com exercícios de análise e imitação de nossos clássicos.” Para prover a primeira, o Governo autorizava mandar à França dois indivíduos que dominassem o francês, escolhidos em concurso, afim de aprenderem na Escola de Paris, o método teórico e prático do ensino mútuo. Estes alunos seriam recomendados à Missão brasileira daquela côrte para que fossem considerados alunos franceses. Os escolhidos deveriam ter de 20 a 25 anos e prestar fiança idônea afim de restituírem as despesas que fizerem à fazenda pública.<sup>7</sup> Este fato nos permite, também, depreender as diferentes vias de contato que houve com a obra do Barão de Gérando.

VILLELA, quando analisa a “Prática cotidiana na Escola Normal: o projeto e sua realização”, assinala que o Presidente da Província - Paulino Soares de Souza, “manda distribuir para os alunos da Escola Normal e para todos os professores da Província o Manual do Professor Primário escrito por um francês. Pretendia, assim difundir o método lancasteriano e também os ensinamentos morais que continha esta obra.” A autora não cita o autor e nem aprofunda a temática relativa aos conteúdos da formação de professores na primeira Escola Normal do Brasil, apesar de afirmar, em vários momentos, que a intenção das autoridades foi formar um “professor elemento difusor da ideologia do Estado que um difusor de conhecimentos. (...) importava mais garantir sua submissão do que uma formação teórica e prática sólida para exercer a profissão.”<sup>8</sup> Quais os mecanismos que permitiriam atingir estes objetivos? A obra do Barão de Gérando nos parece ser um dispositivo privilegiado para analisar essa formação do professor.

Ao realizar a pesquisa sobre o *Ensino Mútuo no Brasil* entrei em contato com esta obra, na Biblioteca Nacional da França<sup>9</sup> e do Rio de Janeiro. Preocupada com as questões relativas à formação docente - disciplinas, conteúdos, leituras, considero de relevância abordar esta obra,

<sup>7</sup> MOACYR, Primitivo. A Instrução e o Império. ( Subsídios para a História da Educação no Brasil.) 1823-1853. São Paulo: Ed. Nacional, 1936. vol. 2. pp 68-70..

<sup>8</sup> VILLELA, Heloísa de O. op. cit. Capítulo III. p. 140-257.

<sup>9</sup> Essa pesquisa foi possível graças ao convite de M. Pierre Caspard para permanecer dois meses como Maître de Conférence do Département Mémoire de L'Éducation / Institut National de Recherche Pédagogique - Paris ( jun/jul. 1996)

primeiro *manual didático-pedagógico* publicado no Brasil <sup>10</sup>, constituindo-se um *discurso fundador*.<sup>11</sup>

Tendo por mote o estudo da obra do Barão de Gérando, pretende-se tanto abordar a história da obra, do autor e das idéias pedagógicas dirigidas ao professor-leitor; como avaliar o sentido de sua aplicação na Escola Normal de Niterói e de leitura obrigatória para todos os professores públicos de primeiras letras da Província, e sua permanência como obra fundadora, já que encontramos referências à obra e ao autor em escritos educacionais até a década de 1880.

Este estudo insere-se na perspectiva que CHARTIER nos coloca em sua obra "A Ordem dos Livros". Para o autor, o livro "*sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou que permitiu sua publicação. Essa dialética entre a imposição e a apropriação não é a mesma em toda a parte, sempre e para todos.(...) Certamente, os criadores, os poderes ou os experts sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). (...) Daí o papel pedagógico, aculturador, disciplinador, atribuído aos textos colocados em circulação para numerosos leitores. (...) A recepção dos livros também inventa, desloca e distorce.*"<sup>12</sup>

A análise do texto - *o mundo do texto*, decifrado na sua estrutura, nos seus objetivos, em suas pretensões, indicará pistas que nos permitam compreender o *professor-modelo ideal* projetado pela obra, e desencadear uma reflexão sobre a *cultura escolar* traduzida para o Brasil e sua implantação.

A recepção desta obra - *o mundo do leitor*, é difícil de perceber, apesar de termos alguns fragmentos de sua permanência como discurso orientador de práticas pedagógicas e do método mútuo na escola brasileira. Em dezembro de 1845 é expedido um decreto que regulamenta o concurso às

<sup>10</sup> No *Aviso do Editor*, edição brasileira, consta que "*é esta obra a primeira deste gênero que sai a lume na nossa língua.*"

<sup>11</sup> Para ORLANDI, o *discurso fundador* é o que instala as condições de formação de outros discursos. São enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica. O que interessa é a historicidade dos próprios processos discursivos. Trata-se de pensar como os diferentes processos discursivos se relacionam e como atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros. Ou seja, processos discursivos que tecem e homogeneizam a memória de uma época. ORLANDI, Eni P. (org) *Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993. p. 11 a 27.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: livros, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII*. Brasília: UNB, 1994. pp. 7-10.

cadeiras públicas de primeiras letras no Município da Côrte, o qual enfatiza a realização de um exame da prática do ensino mútuo, “no qual o examinando explicará um só processo, fazendo-o executar pelos meninos”.<sup>13</sup> Em 1854, o Relatório do Presidente da Província da Bahia, recomenda ao Professor de Métodos da Escola Normal que dê “algumas lições dos princípios de educação do Barão Degerando”.<sup>14</sup> O Dr. João da Matta Machado em sua tese, apresentada à Faculdade de Medicina - Cadeira de Higiene, intitulada “A educação phisysca, moral e intellectual da mocidade no Rio de Janeiro em 1874 e sua influencia sobre a saúde”<sup>15</sup>, ao referir-se à profissão de educador da mocidade, cita as palavras em francês do Mr. Degerando<sup>16</sup>, para demonstrar que a vocação docente se manifesta pelo amor aos meninos. Outras obras do Barão de Gérande também circulavam no Brasil, como, por exemplo, “O Visitador do Pobre”<sup>17</sup>. O Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, inspetor geral da Instrução Pública do Paraná e Rio de Janeiro, em seu livro intitulado *Conferências Oficiais sobre Instrução Pública e Educação Nacional (1878)*<sup>18</sup> recomenda aos seus leitores esta obra.

---

13 MOACYR, Primitivo. A Instrução e as Províncias. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. vol. 2, p. 212

14 MOACYR, P. Op. cit. p70.

15 BASTOS, Maria Helena C. O Discurso Médico na Constituição do campo educacional brasileiro no século XIX. Porto Alegre: FACED/UFRGS, 1996. mimeo. 16 p.

16 “je vous demanderai si vous aimez les enfants, si vous palisez au milieu d’eux. C’est le signe le plus certain de votre vocation, car c’est tout ensemble et la garantie de votre zèle et de votre persévérance dans la tache difficile, que vous entreprenez, et le moyen le plus sûr de prendre sans effort sur vos élèves l’ascendant qui vous est nécessaire”. In: MACHADO, João da Matta. A educação phisysca, moral e intellectual da mocidade no Rio de Janeiro em 1874 e sua influencia sobre a saúde. Rio de Janeiro: Typ. a Vapor de José Assis Climaco dos Reis, 1890. p63.

17 Sobre esta obra considerada como um clássico da antropologia francesa, ver: PERROT, Michelle. L’OEil du Baron ou le Visiteur du Pauvre. IN: MILNER, Max. Du Visible a L’Invisible. 1988. p. 63-71.

18 MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Conferências Oficiais sobre Instrução Pública e Educação Nacional. Rio de Janeiro: Typ. e Ed. Dias da Silva Jr., 1878. 174p. (IHGB. Miscelânea 204,6,9. n. 27)

## O barão Joseph-Marie de Gérando: Intelectual e homem de ação (1772-1842)<sup>19</sup>

O Barão de Gérando é uma das grandes figuras da instrução primária popular, no início do século XIX, na França. Sua atuação foi consagrada ao desenvolvimento da educação do povo, como forma de melhorar a *espécie humana*. Filantropo e liberal, de espírito empreendedor, criou várias sociedades e visitou tudo que lhe parecia útil ao progresso da humanidade, por exemplo: a colônia para trabalhadores fundada por Owen; o Instituto de Pestalozzi. A importância destas iniciativas filantrópicas é analisada, por Jacquet-Francillon, como “*uma ideologia de transição, que permite a passagem da tradição cristã de escolas de caridade à um projeto laico de escolas populares.*”<sup>20</sup>

Em 1802, participa da fundação da *Société d'Encouragement pour l'Industrie Nationale*, que propunha promover os conhecimentos úteis ao progresso da sociedade. Em 1815, juntamente com Laborde<sup>21</sup> e Lasteryrie, propõe a criação de uma associação com o objetivo de procurar “*para a classe inferior do povo um tipo de educação intelectual e moral a mais apropriada às suas necessidades.*” A *Société pour l'Instruction Élémentaire*

é criada e orienta suas atividades na perspectiva de que: “*a educação é o primeiro meio de formar os homens virtuosos, amigos da ordem, submissos à lei, inteligentes e trabalhadores,*” e que a educação é indispensável para “*fundar uma maneira útil e durável de felicidade e a verdadeira liberdade dos Estados*”.

No estatuto da Sociedade, sobre “*as novas escolas para os pobres*”, é proposta a introdução e a difusão, na França, do método de ensino mútuo, que

<sup>19</sup> Esta biografia do Barão de Gérando foi realizada a partir da consulta em: NIQUE, C. et LELIÈVRE, C. Histoire Biographique de l'enseignement en France. Paris: Retz, 1990. p.179; TRONCHOT, Robert. L'enseignement mutuel en France de 1815 a 1833. Les luttes politiques et religieuses autour de la question scolaire. Paris, 1973 (Thèse). 3 vol.; GONTARD, Maurice. L'enseignement primaire en France de la Révolution à la Loi Guizot. Des petites écoles de la monarchie d'ancien régime aux écoles primaires de la monarchie bourgeoise (1789-1833) Paris: Les Belles Letres, s/d.;

<sup>20</sup> CHARTIER, Anne-Marie. Compte-rendu: JACQUET-FRANCILLON, François. Naissance de l'école du peuple, 1815-1870. Paris: Ed. de L'Atelier/Ed. Ouvrières, 1995. *Paedagogica Historica*. International Journal of the History of Education. XXXIII - 1997/2. p. 588-591. Agradeço à Anne-Marie Chartier o envio desta resenha e do artigo de M. Perrot.

<sup>21</sup> Alexandre Laborde (1774-1842) fez uma viagem à Inglaterra, no início do ano de 1815, quando descobre o método de ensino mútuo, que o seduz. Redige uma obra na qual apresenta o método, que segundo ele, deve “*consolar o pobre sobre o seu estado humilde e elevar a geração inteira a melhorar o nível das outras classes da sociedade, senão pelas vantagens exteriores, ao menos pelos sentimentos e conhecimentos úteis. Instruir o homem do povo não mudará sua condição, mas o tornará mais habilitado a cumprir seus deveres.*” NIQUE, C. e LELIÈVRE, C. op. cit. p. 179.

vinha sendo utilizado na Inglaterra por Bell e Lancaster, sob o nome de sistema monitorial. A Sociedade também deveria estimular tanto a fundação de escolas de primeiras letras, como a criação de escolas pela Sociedade, como de uma Escola Normal para formar professores das primeiras letras; a impressão e difusão de livros elementares; a difusão dos *bons* métodos de ensino; a educação das meninas (até então completamente negligenciada); a publicação de um jornal de educação, entre tantas outras atividades.

O Barão de Gérando foi secretário-geral e presidente da *Société pour l'instruction élémentaire*, que dominou a vida pedagógica francesa, durante 20 anos, e assegurou a promoção do método mútuo, acompanhado de grande progresso da instrução popular.

O ensino mútuo na França é adotado a partir de 1815, através da *Commission d'Enseignement Élémentaire*, criada por Napoleão I, e pela *Société pour L'Instruction Élémentaire*. Entre 1815 e 1820, edificam-se mais de 1000 escolas mútuas, que reúnem em torno de 150.000 alunos. A Sociedade edita uma revista pedagógica - *Journal d'Éducation (1815-1914/21-1926)*, que serve de instrumento de propaganda e de ligação entre as diferentes escolas e as Sociedades pela Instrução Elementar Estrangeiras.

Gérando, juntamente com Ambroise Rendu, também redige o Decreto de 29 de fevereiro de 1816, que estabelece as bases da instrução primária popular na França. Por este Decreto, todas as comunas deveriam ministrar a instrução à todas as crianças, fiscalizar as escolas e proceder o recrutamento de professores. Para os autores, a instrução primária *"justamente a que é fundada sobre os verdadeiros princípios da religião e da moral, é não somente um recurso fecundo de prosperidade pública, mas... também contribui à boa ordem da sociedade, prepara à obediência as leis e a realizar todos os gêneros de deveres."*

Além destas atividades, o Barão de Gérando escreve obras de filosofia, onde desenvolve a idéia de que o homem pode e deve se aperfeiçoar moralmente, através notadamente da educação; obras de pedagogia sobre o ensino de surdos-mudos, sobre a instrução de pobres, sobre a educação moral. Também ministra aulas de Pedagogia na Escola Normal, que ajudou a criar em 1816, durante quinze anos. Em suas aulas insiste sobre a dignidade do professor, sobre a importância de sua missão que o fazia um *"funcionário público"*, um *mestre de moral*. Como resultado deste longo magistério, publica, em 1832, o *Cours normal des instituteurs primaires, ou Directions relatives à l'éducation physique, morale et intellectuelle dans les écoles primaires*, onde desenvolve o que considera o objetivo essencial da educação: a ordem - *"é o sinal que atesta a presença de inteligência... Dê aos alunos o gosto e o hábito da ordem, formando na alma das crianças o*

*amor à virtude... A ordem no conjunto da conduta, na vida, é a marca da sabedoria...*” Assim, para Gérando a instrução primária necessária ao povo é a *educação da ordem*. Essa dimensão está contextualizada em sua época, de freqüentes *desordens revolucionárias*, que precisavam ser sustentadas e controladas.

## **A formação de professores para o ensino mútuo**

Desde sua criação em França, as escolas de ensino mútuo reclamam de professores competentes. Em agosto de 1816 é inaugurado um curso público para iniciar os professores no ensino mútuo - *Curso Normal*, cuja direção é confiada à Nyon, autor do “*Manuel pratique ou Précis de la méthode d’enseignement mutuel*”. Somente em 1828, é criada uma *Escola Normal Modelo*, em Paris, e, posteriormente, são instaladas em doze departamentos da França. Em outros vinte quatro departamentos é mantido o sistema de “*um professor primário será encarregado de ministrar em sua escola exemplos de procedimentos do método de ensino mútuo*”, para outros professores, suprimindo os problemas da ausência de curso.

A partir de 1829 começam a surgir as Escolas Normais Primárias na França, com existência própria e independência, mas somente em 1832, será elaborado o regulamento que estabelece a obrigação de cada departamento manter uma escola normal primária, assumindo o Estado a responsabilidade na formação de professores.<sup>22</sup> Esse fato é bastante significativo, visto que em 1835, também é criada a primeira Escola Normal no Brasil.

Qual a formação a se exigir do professor do ensino mútuo, quando neste método o professor não ensina? O ponto central dessa formação residia tanto na preparação ao desenvolvimento da educação física, intelectual e moral da criança, como na explicitação dos seus deveres com as autoridades, com as famílias, com os alunos e consigo mesmos. O objetivo é formar pessoas virtuosas e moralmente aptas para o exercício da função de *regenerar* a sociedade, a partir da escola de primeiras letras, formando o cidadão, consciente de seus deveres, obediente à lei e capaz de submeter seus interesses individuais aos da Nação.

A atividade docente centrava-se em dirigir o funcionamento da classe e de instruir os monitores que *ensinam*, já que os alunos são *professores uns dos outros*. A formação dos professores para o ensino mútuo deveria envolver a orientação de suas atividades escolares, principalmente dos seus deveres:

---

<sup>22</sup> MAYER, Françoise. De la Révolution à l’École Républicaine. Tome III. In: PARIAS, L.H. (dir) Histoire Générale de l’Enseignement et de l’Éducation en France. Paris: Nouvelle Librairie de France, 1981. .p. 306.

vigilância e administração. O papel do professor na classe se reduz a *inspeção*. A vigilância se estende aos mínimos detalhes e no cuidado na aplicação correta dos procedimentos do método mútuo. É exercida sobre os *monitores*, que são encorajados e animados, ou suspensos se cometem uma injustiça; quanto aos alunos, observa atentamente cada classe. Assim, o papel do professor, durante os exercícios, é ajudar uma classe ou outra, de escutar e julgar, de aprovar ou ratificar. Ele somente sai do seu lugar quando ocorre uma mudança de trabalhos. A administração se reduz a vigilância escrita e numérica. O professor - burocrata da Escola, deve registrar todas as ocorrências escolares *num grande livro da escola: a inscrição; a frequência; a contabilidade*.

A ação moralizante do método mútuo não devia se limitar ao espaço da escola; previa alcançar as famílias através das crianças, a intenção era fazer desaparecer, pouco a pouco, o senso de ignorância, as velhas e funestas inclinações dos alunos e parentes. Essa ação deveria ser exercida pelo professor - "*missionário da moral e da verdade*." Para os idealizadores, o método mútuo, pelos benefícios que traz aos alunos e, também, aos adultos, seria uma "*vacina moral*", que permitiria a regeneração do gênero humano.<sup>23</sup>

No Brasil, a Lei que cria a Escola Normal, define os requisitos de ingresso para os candidatos, os quais são estabelecidos no artigo 4: "*para ser admitido à matrícula na escola Normal requer-se: ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração; e saber ler e escrever*." VILLELA, sobre isso, afirma: "*a primeira exigência era a garantia do acesso às instituições públicas apenas aos cidadãos brasileiros. A segunda dizia respeito à idade mínima, o que vale lembrar que implicava em habilitar-se o professor a partir dos 20 ou 21 anos para o exercício desta profissão. A terceira exigência era, sem dúvida, a mais interessante boa morigeração que relaciona-se à moral, bons costumes, boa educação*." O artigo 6, desta Lei, mostrava como obter esta atestação: "*os que pretenderem matricular-se dirigirão seus requerimentos ao Presidente da Província, instruídos com certidão de idade e atestação de boa conduta, passada pelo juiz de paz do seu domicílio: com despacho do mesmo presidente serão matriculados pelo diretor, se, pelo exame a que deverá proceder, achar que possuem princípios suficientes de leitura e escrita*."<sup>24</sup>

<sup>23</sup> GONTARD, Maurice. L'enseignement Primaire en France de la Révolution à la Loi Guizot. Des petites écoles de la monarchie d'ancien régime aux écoles primaires de la monarchie bourgeoise. (1789-1833). Paris: Les Belles Lettres, s/d. p.280.

<sup>24</sup> VILLELA, H. op. cit. p. 124-25.

A Escola Normal voltava-se ao preparo do professor para as escolas de ensino mútu. VILLELA questiona a *insistência na utilização do método lancasteriano, visto que o mesmo vinha sendo alvo de críticas pelos seus inexpressivos resultados em termos de aprendizagem.*<sup>25</sup> A autora conclui que *havia um tipo de resultado esperado que o método atendia. Não era o seu potencial de instruir bem o que mais mobilizava os nossos dirigentes, mas, certamente, o seu potencial disciplinador.*<sup>26</sup> Neste sentido, a tradução da obra do Barão de Gérando vinha reforçar esta intenção disciplinadora da ação docente.

### **Ensinando a ser um professor-modelo**

O Decreto n. 28, de 11 de maio de 1839, determinou que se traduzisse e imprimisse a obra do Barão de Gérando, para uso do Professores de Primeiras Letras.<sup>27</sup> A edição brasileira é acrescentada com um *Apêndice de Leis Gerais e Provinciais*,<sup>28</sup> o que permite depreender a preocupação das autoridades em informar o professor da legislação que norteava a sua atividade/ofício.

No *Aviso do Editor*, o professor-leitor depara-se com uma *história da obra*: “*O Conde Chabrol que em sua dilatada e honrosa administração favoreceu com muito zelo o adiantamento da educação primária no Departamento do Sena, estabeleceu há quinze anos uma Escola Normal para os Professores de Primeiras Letras, conforme os métodos melhorados (mútuos). A Comissão por ele criada, para velar e dirigir aquele estabelecimento, conheceu a necessidade de dar aos novos professores*

<sup>25</sup> Na França, o ensino mútu, tendo sido implementado em 1815, se extinguirá progressivamente a partir da lei Guizot (1833), a partir de severas críticas formuladas por parte dos conservadores e de membros do clero. Esse fato, vai ser amplamente utilizado pelos críticos brasileiros em relação às escolas lancasterianas.

<sup>26</sup> VILLELA, Heloísa.. A primeira Escola Normal do Brasil. IN: NUNES, C. (org) O Passado sempre Presente. São Paulo: Cortez, 1992. p.30.

<sup>27</sup> “*Luiz Antonio Moniz dos Santos Lobo, vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Provincial Decretou, e eu sancionei a Resolução seguinte: Artigo Único. Fica o Governo autorizado a mandar traduzir e imprimir o Curso Normal para os Professores Primários de Mr. Degerando, o qual será distribuído pelo Diretor da Escola Normal a seus alunos; e o será também a todos os Professores Públicos de Primeiras Letras da Província. Mando portanto a todos as Autoridades, & c. 11 de maio de 1839, 18 da Independência e do Império”.*

<sup>28</sup> A legislação publicada é: Lei de 15 de outubro de 1827; Lei Provincial n. 10, de 4 de abril de 1835, que cria a Escola Normal; Regulamento da Escola Normal, de 16 de outubro de 1835, sobre o artigo 17 da Lei n. 10; Lei Provincial n. 1, de 2 de janeiro de 1837, da Instrução Pública; Decreto n. 15, de 17 de abril de 1839, sobre os Professores de Primeiras Letras; Regulamentos Gerais para as Escolas Públicas de Instrução Primária da Província do Rio de Janeiro - tempo letivo e a maneira de fazer exames públicos dos escolares nas matérias da primeira classe do ensino.

*direções a respeito da educação physica, intellectual e moral; e para isto propos ao Prefeito que mandasse ensinar na Escola Normal um curso especial destas matérias. (...) O Barão de Gérando tomou a si a tarefa, e por três vezes a desempenhou. Rogaram-lhe que escrevesse e publicasse as conferências e práticas, que fizeram assunto das lições.”* Quanto ao autor, apresentado como *Philantropo Ilustrado*, o Editor refere-se assim: “*que felizes resultados não devemos esperar dos (seus) conselhos, que do centro de profundas aplicações, e de trabalhos cuja gravidade absorveria qualquer outra existência, sustentou sempre com direta e ativa influência de zelo, à prova de todos os obstáculos, o ensino elementar, que em grande parte lhe é devedor do adiantamento a que entre nós tem chegado.*” Este aviso procura qualificar a obra e o autor para o leitor, desconhecedor da posição de *autoridade* de quem fala, mas que as autoridades brasileiras tomam o cuidado de previamente esclarecer. Desta forma, também qualificavam a sua ação, demonstrando estarem equiparados às *Nações Civilizadas*, posição reforçada também pelo tradutor.

A tradução foi realizada pelo Doutor João Candido de Deos e Silva, Magistrado e Deputado da Assembléia Legislativa da Província, que a começou em 26 de março, tendo-a concluído em 30 de abril. Em nota *Do Tradutor*, assim dirige-se ao professor-leitor: “*Antes que o Decreto passasse na última discussão ( o que se efetivou em 7 de maio), já nós havíamos feito esse serviço à Província, dando nisto prova do reconhecimento que lhe consagramos por nos haver honrado com a eleição para seu Deputado Provincial. Neste trabalho lhe deixamos monumento de nossa gratidão. Aos professores de todo o Império oferecemos este Directorio, livro sem o qual nenhum deve passar para bem dirigir a instrução e a educação dos meninos; a qual, se por desventura nossa tem até hoje corrido ao acaso, deve d’ora em diante merecer todos os cuidados do Governo, dos mestres e pais de famílias. Pela leitura desta obra verão todos quais atenções, que tão importante matéria tem merecido às Nações cultas. Se quisermos pois entrar nesta lista, cuidemos em imitá-las.*”

A distribuição da obra era responsabilidade do Diretor da Escola Normal - José da Costa Azevedo, para os seus alunos e todos os Professores Públicos de Primeiras Letras da Província. Cabia-lhe, também, a distribuição das matérias, a ordem e sucessão dos trabalhos, escolher os compêndios necessários, apenas sujeitando-os à aprovação do Presidente da Província, de acordo com o artigo 7, do Regulamento da Escola Normal.

O Barão de Gérando não escreveu um *livro*, mas publicou um conjunto de conferências ministradas na Escola Normal de Paris, durante doze anos. Dessa forma, predomina na obra o tom de oralidade / conversa, o

que pode ser constatado pela forma como se dirige ao leitor - *amados ouvintes*. Este tom dialogal fortalece o vínculo autor-leitor, possibilitando uma melhor apreensão das *lições*. O autor faz uso constante de perguntas ao professor-ouvinte, reforçando, dessa forma, a resposta que ele mesmo dá à sua interrogação. Outro mecanismo de qualificação de sua fala é a auto-promoção, ou seja, o autor destaca a sua importância de autoridade no assunto: *“filósofo pelos estudos de toda minha vida, honro-me de ter parte convosco em tais pensamentos, assim como convosco participo destas esperanças.”*

São dezesseis conferências, cujos títulos nos permitem perceber a sua natureza: *-Dignidade das Funções do Professor de Primeiras Letras; - Disposições e qualidades necessárias ao Professor de Ensino Primário; - Educação nas Escolas Primárias; - Educação Physica; -Educação Intellectual, e primeiramente como pode o Professor cultivar a atenção, imaginação e memória; - Continuação da matéria antecedente: Como pode o Professor de Primeiras Letras formar o juízo e a razão de seus alunos; - Continuação do precedente assunto: Instrução nas Escolas de Primeiras Letras; - Continuação do mesmo assunto: Método na Instrução Elementar; - Educação Moral nas Escolas de Primeiras Letras; - Continuação da mesma matéria: Como pode inspirar o Professor de Primeiras Letras aos discípulos o sentimento de seus deveres; - Educação Religiosa, parte que nela deve tomar o Professor de Primeiras Letras; - Como procede o Professor no ensino dos deveres; - Como trabalha o Professor de Primeiras letras em fortificar o caráter dos meninos; - Algumas molas da Educação - Hábito e Imitação; - Continuação da matéria antecedente - Trabalho e Ordem; - Últimos conselhos aos Mestres de Primeiras Letras*. Este conjunto de conferências tem uma função moralizadora e disciplinadora da atividade docente, fala das expectativas em relação ao professor, ao ensino, ao aluno, fazendo insistentemente uma apologia do ensino mútuo,

O *Curso* abre com a primeira *conferência* dirigida ao professor, considerado um *educador da infância, um oficial público*, que o autor reconhece ser *“honroso e nobre este título de Professor Primário”*. A função do professor é definida por suas relações com o público: *“seus serviços tem por objeto interesse comum, mandatário coletivo recebe o depósito entregue em suas mãos por muitas famílias.(...) Exercita autoridade real e legitima no circuito do seu estabelecimento; é uma espécie de Magistrado cuja influência se estende para fora da Escola. (...) Delegado dos pais representantes, e em nome deste exercita o patrio poder.”* Esta ênfase no público é para destacar o *ministério civil* que *“por si mesmo se associa como secundário ao ministério religioso: porquanto, a instrução é útil à Religião e à Moral, filha*

desta, e o Professor de Primeiras Letras prepara a infância para a Religião, sendo assim a es... ártico do templo.”

A natureza da função do professor, é sacralizada pelo autor, que destaca: “*serão os bons costumes e o da instrução, quer dizer, os mais preciosos, visto que dizem respeito a tudo quanto há de mais eminente na humanidade... Vós proveis as primeiras impressões do espírito e do coração; sóis para com vossos irmãos mensageiros da razão e da virtude.*” Esta ação pedagógica, visava à *melhoria da condição das classes laboriosas*, considerada de “*maior interesse das Nações, porque influi na consolidação e desenvolvimento das instituições; só ela pode fazer que produzam todos os seus frutos; ora esta melhoria assenta essencialmente na propagação do adiantamento da Moral e da Instrução. As Nações que aspiram a liberdade não podem ser capazes desta senão tornando-se dignas de a possuírem, e isso não podem ser tais senão pelas luzes e virtudes.*”

Nesta perspectiva, cabe a pergunta: o que a Sociedade espera do professor? O Autor explicita que “*nada menos que toda a vossa existência; já não pertenceis a vós; sois sem reserva dos outros; porque não tereis instante de vida que não possa e não deva ser-lhes inteiramente consagrado: nem só vosso tempo, mas também vossa liberdade, quero dizer, o emprego combinado de todas as vossas faculdades. A mais inalterável paciência. Cercados de meninos ignorantes, talvez indisciplinados, sereis obrigados a acomodar-vos à sua capacidade, a fazer-vos em certo modo meninos com eles e para eles.*” Para alcançar esta expectativa, recomenda: “*junteis à sólida instrução aquele talento de ensinar, que é muito raro, e com mais dificuldade se adquire; desejam que reunais o caráter prudente, firme e indulgente vida puríssima, predomínio que obre sobre o caráter dos outros homens, arte de dirigí-los, domá-los, formar bons costumes e entrar até o amago das almas.”*

Todo o discurso da obra está orientado para enfatizar as *disposições e qualidades necessárias* ao professor de ensino primário, porque “*quanto mais graves e numerosos são os deveres que tendes a cumprir tanto mais honrada é vossa carreira com seu desempenho.*” Nesta perspectiva, são listadas as qualidades esperadas para ser um homem de bem: amor aos meninos; firmeza de caráter; bondade; bons costumes; vida pura, vida irrepreensível; hábito da vigilância; voluntário sacrifício; coragem; paciência; inteligência; talento para transmitir conhecimentos; procedimento exemplar; espírito de ordem; porte decente, grave e reservado.

Sabedor das dificuldades materiais da profissão docente, o autor procura relativizá-la, dizendo: “*se o ordenado que deveis ter não se igualar a utilidade de vossos serviços, será isso mais outra circunstância que releve a*

*dignidade de vossas funções. A Sociedade neste caso vós é devedora e deve pagar-vos com estima, que é a moeda a que vossas almas dão apreço.*” Para as módicas vantagens pecuniárias, o professor será contemplado com a *confiança* e o *reconhecimento*. Para reforçar tal situação, o autor apresenta uma lista de homens que trouxeram contribuições para a educação, cujo testemunho dá *“importância ao fim a que vos propondes, e ao mérito de vossos esforços para o alcançardes! No exercício de vossa missão com que em certo modo estais rodeados deste brilhante acompanhamento, desta poderosa assistência. Ai tendes os homens cujos olhos estais colocados, cuja voz melhor que a minha voz convida a desempenhar dignamente vossa tarefa que tem laureada estima.”* Os exemplos de *modelos de mestres* ou *mestres-modelos* intentava universalizar valores, a fim de produzir sentido ao leitor sobre o modelo-ideal de professor. Esse discurso idealizador das virtudes que deveriam formar o *todo harmonioso mestre*, intentava ser um guia prático para o professor no desempenho de suas funções.

O leitor-ouvinte é informado e esclarecido sobre o que é *talento para transmitir os conhecimentos/ de ensinar: perfeito mestre das matérias que ensina. Deverá estar exercitado em remontar aos primeiros princípios e destes tirar deduções, e compreender o porque de cada coisa. Não basta estar senhor da ordem de conhecimentos chamados instrumentais, isto é concernentes aos sinais das coisas, mas supõe a arte de mostrar as coisas no seu natural aspecto, habilidade em ordená-los de modo mais conforme às disposições e necessidades dos discípulos; supõe a inteligência de bons métodos e hábito de aplicá-los; supõe mais a arte de nos pormos ao alcance dos que nos devem entender, de empregar fórmulas mais adptadas a fazer que entre luz nos seus espíritos; supõe ao mesmo tempo clareza nas idéias e na linguagem.*” Esta extensa descrição dos *talentos* destinados a ensinar meninos - *até então desamparados* - é considerado dom particular, que só seria adquirido com o convívio entre eles. Todos esforços devem ser dispensados pelo professor aos alunos, por mais inferior que seja sua condição social a que pertençam, *“cumpre que nada desprezemos que possa purificar-lhes e enobrecer-lhes as inclinações”*.

O autor faz questão de marcar a clientela que os professores irão trabalhar: *as classes trabalhadoras da Sociedade*, caracterizadas como classes pouco abastadas, cujos alunos estão destinados à *“vida de privações e suores; porisso necessitarão de copioso abastecimento de forças e paciência; quanto mais penosa houver de ser a sua carreira, mais doce será voar em seu socorro para ajudá-los a suportá-los”*. Nesta perspectiva, para o autor a vida de sacrifícios do professor será tanto um exemplo para os alunos como um estímulo para si. Este fato, já é considerado suficiente para exaltar a

função do professor: “*que presente fazeis a qualquer família dando-lhes uma criança instruída e boa, capaz de aperfeiçoar-se com o tempo! Muitas vezes a família por seu turno melhora com o exemplo do menino. Bons costumes, indústria, comodidade geral, paz, ordem pública são frutos lentos mas certos da boa direção dada à primeira educação da infância, à educação geral. A sociedade espera de vós estes saudáveis elementos de prosperidade, pendores de seu ditoso porvir.” Afirma, a seguir, que “não é simples profissão que ides exercitar, mas sim missão que tendes a cumprir; é ministério moral de que sereis revestidos; função social que vai ser-vos commettida.”*

A condição de pobreza é destacada ao leitor como razão de ser da função docente: “pouco tempo terão estes meninos para se aplicarem a exercícios de educação liberal, devem porisso mais aproveitar-se momentos tão rápidos. (...) São pobres? ser-nos-hão por isso mais caros. Abrande-mos os rigores da fortuna, procuremos-lhes meios de sair dela. Consolemo-los, armemo-los de valor contra a desgraça, de capacidade para criarem recursos.” Perante esta difícil missão, o autor conclama os ouvintes: “alegrai-vos, porque podeis fazer vezes de pais aos que não tem, ser apoio da viúva, guia do orfão, enxugar e evitar muitas lágrimas.”

Todo o discurso reforça o destino do professor-leitor - *dirigir os indivíduos das classes laboriosas*. Nesta perspectiva, a fala indica as carências, e as dificuldades, que segundo o autor, esta classe possui, sendo a educação a grande salvação: “os indivíduos das classes laboriosas tem pouco tempo para se aplicarem a conhecimentos teóricos e poucas ocasiões de usar deles. Só a educação pode preservar ou da pobreza ou do vício a quem não tem recursos mais que os braços. Será condenado a privações, e a educação o acostumará a resignar-se sem queixume; terá de fazer grandes esforços; de continuar com perseverança; ela lhe dará valor e ânimo; ela o defenderá; ela o ensinará a tirar recursos de si mesmo; ela lhe dará a necessária energia para superar obstáculos; ela lhe tornará fácil a economia pelos hábitos de ordem e temperança; ela lhe ensinará a estar contente com a situação que lhe coube de quinhão...” Assim, a educação primária asseguraria a prosperidade do Estado e dos seus cidadãos, naturalizando as contradições de uma sociedade de classes, a partir da individualização das diferenças e do desenvolvimento de uma atitude de resignação.

O autor ao indicar o papel e ação do professor dirigida às classes laboriosas, faz uma ressalva em nota de rodapé, ao fato de não falar em educação popular, mas referir-se sempre à educação primária. Neste sentido, explica que “*que muito se tem abusado das expressões povo e popular, para espalhar falsas idéias e não desejo concorrer para este abuso. O povo não*

*está separado da Sociedade, mas sim é a sociedade. Não há educação especial para o povo, assim como não há moral a parte para ele. Razão e virtude são patrimônio de todos. Há pois somente uma educação particular para certa idade da infância, e para certas condições da sociedade”.*

O Barão de Gérando reconhece a desigualdade de condições entre os homens, tornando-a natural, e considera a educação / instrução um dos dispositivos para minimizar estas diferenças. Assim, recomenda ao professor que *“o fruto mais precioso de nossas vigílias deve ser haver-mo-nos de modo, que cada um dos nossos discípulos das classes menos abastadas venha algum dia a estar contente com sua sorte, bem que trabalhando com brio e sossego em melhorá-la. Tentemos fazer com que entendam que, aquilo que na aparência se nos mostra aos olhos como desigualdade de condições, é distribuição de papéis, variedade de ofícios, cujo desenvolvimento na Sociedade é efetuado pela civilização, e que assim passa a ser condição dos benefícios que ela traz consigo”.*

A educação é considerada o *alimento moral*, que permitirá ao aluno *derramar perfume desta em volta de si na casa paterna*, influenciando a família e a comunidade próxima. Assim, cabe ao professor agir junto às famílias: *“doutrina-as, dirige-as no proceder dos meninos; obra sobre estes por mediação dos pais.”* Nesta perspectiva, o autor indica ao professor-leitor o papel da educação: *“tem o homem destino relativamente à Sociedade, à Pátria, à Cidade, à Família e à si próprio. No sentido de todas estas relações deve a educação ensinar a viver: de se dirigir; de ser útil aos outros e a si mesmo; adquirir o bem e a evitar os males; a saber fazer os bons usos de uns e a suportar os outros, quando inevitáveis; ensina-lhes a cumprir seus deveres. A educação não cria, mas ajuda e favorece o progresso das forças, que são para o homem dons naturais”.*

A valorização da instrução pública passa pela crítica à ignorância e seus malefícios individuais e coletivos - *“só temos um meio de curar a sociedade desta peste, é previni-la desde a sua origem; cerrar o acesso dos prejuízos vulgares ao espírito da nascente geração”.* A Escola regeneradora da sociedade seria o *natural preservativo contra a invasão de prejuízos*.

Uma recomendação bastante enfatizada refere-se à relação do professor com a família do aluno. Nesta perspectiva, é recomendado que os mestres comprem e estudem em *Tratados elementares de higiene aplicada à vida doméstica*, para que possam orientar as *classes laboriosas e pouco abastadas*, e *guiar a ternura materna*. Conferências aos domingos ou à noite são algumas das sugestões para que o professor integre a comunidade, mantenha contato com a família e ex-alunos.

O autor reforça que o *curso* se destina a ensinar o método mútuo, reforçando as qualidades do método, que reuniria as vantagens do método simultâneo e do método individual - simplicidade, economia de meios, ordem - e rebatendo as críticas. Quanto a função docente uma das críticas dirigidas ao método, segundo o autor, é de “*não se nos tem pregado ser uma de suas utilidades quase baldar (ineficaz) o ministério do Mestre no ensino, porque permite aos discípulos instruírem-se sem este socorro?*” Explica que esta não é uma verdade, apesar de ser uma vantagem do método, pelo contrário considera um grave inconveniente, porque “*privaria os professores das muitas utilidades que devem colher o comércio com os discípulos, e da influência que seu caráter pessoal deve ter sobre eles. O Ensino Mútuo obriga o aluno a fazer todo o uso possível das suas próprias forças, (...) e é por isso que ele permite ao professor obrar sobre maior massa; mas nem por isso devem os olhos do Mestre ser menos constantemente dirigidos ao mesmo tempo a todos e a cada um dos alunos; a ele toca dar movimento a estas rodas e modificar-lhes as roçaduras; cumpre que possua uma espécie de habilidade diferente que a necessária no ensino individual.*” Esta habilidade diferente seria a vigilância constante e a administração de todos os procedimentos e ocorrências escolares, visando o reino da ordem, da prudência e da bondade.

O *Curso Normal* informava, também, sobre as *direções relativas à educação física, moral e intelectual*, a serem desenvolvidas nas escolas primárias. Inicia com a Educação Física, por ser considerada a primeira que deve seus cuidados à infância, procurando a *boa saúde* e desenvolvendo as *forças mecânicas*. Os cuidados com o asseio, com a postura, as idéias de decência, os hábitos de ordem, possibilitariam uma melhor inserção na sociedade, visto que, para o autor, “*um menino cujo exterior inspirar desgosto será menos favoravelmente acolhido, experimentará uma espécie de vergonha, que prejudicará a todas as suas ações.*” A estreita conexão entre o físico e a moral é percebida através de uma atividade corporal bem ordenada, pois *conserva-o em doce e serena alegria*, e dispõe para a *docilidade e obediência*. O exercício moderado, variado e regular é considerado necessário tanto para conservar a saúde como para desenvolver as *forças* dos meninos. Assim, o ensino mútuo é recomendado, pois a engenhosidade do sistema faz alternar sucessivamente os movimentos.

O professor deve ter sob controle todos os momentos e atividades escolares. Assim, deve observar e dirigir o recreio, pois qualquer forma de divertimento deve ter algum objetivo e caráter determinado, a fim de evitar *toda a agitação impetuosa, confusa e desordenada, tudo o que puder degenerar em rixa*.

A educação física também é entendida como *educação dos sentidos*. Assim, para exercitar a visão, o Desenho é recomendado, não só como instrumento especial de uma profissão, mas como fundamental para desenvolver a observação e a comparação. O canto é recomendado para aprimorar a audição e *bom para os pulmões*. O exercício do canto é visto como uma das necessidades reais e universais da educação elementar, por cultivar a atenção e por ser a Música uma segunda língua.

O autor, para falar sobre a educação intelectual, lembra ao leitor que é necessário fazer um *resumido curso de Filosofia*, justificando de que “*há uma filosofia para uso dos mestres de primeiras letras - o estudo dos fenômenos da inteligência humana e as leis que os regem, para dirigir e favorecer os alunos desde o primeiro vôo.*” Nesta perspectiva, exalta uma Escola que desperte o interesse, através de um método ativo, intuitivo, progressivo, real, prático, concreto, de *por ques e comos*, pelo uso freqüente de comparações. Reforçando esta dimensão de ensino, é condenada a Escola “*tristonha e sombria, onde pesadas lições caem de modo monótono sobre estas tenras inteligências, esmagadas com o peso árido das formalidades e de regras vazias de sentido, onde tudo respira tédio.*” O ensino mútuo, em contrapartida, como está organizado, é apresentado como fundamental para manter a atenção e a curiosidade. Através do uso que faz dos quadros suspensos na sala de aula; dos telégrafos nas extremidades dos bancos; da postura dos monitores, que assobiam como forma de aviso, que dão ordens, mantendo constante a atenção e curiosidade de todos.

Através da educação intelectual o professor deve *cultivar* a atenção, a imaginação, a memória, e *formar* o juízo e a razão de seus alunos. Para alcançar estas metas, cabe simplesmente ao professor portar-se de tal modo que o menino tenha o exemplo vivo e claro daquilo que dever ser e fazer. A organização das escolas de ensino mútuo emprega muitos meios *engenhosos e simples*, para formar o juízo dos alunos, como por exemplo: a contínua inspeção que tem os meninos uns sobre os outros - “*é uma troca universal e não interrompida de recíprocas retificações. Cumpre que cada um aprenda a julgar-se a si mesmo, visto que tem todos os companheiros por velas e censores. O tenro Monitor exercita-se cedo a setenciar. O que repreende e é repreendido facilmente se põe no lugar um do outro. Tal é também o Jurizinho de alunos que institui para julgar as faltas e prêmios merecidos.*”

Para desenvolver a razão, o professor deve proporcionar situações que lhe permitam refletir e interrogar-se. Nesta perspectiva, o ensino mútuo também tem esta *conveniência*, ao permitir aos alunos dirigirem-se uns aos outros, exercita o refletir e entar em si, tornando-os capazes de guiar-se - *o emprego de Monitor é tirocínio para a razão.*

As conferências sobre a Educação Intelectual são concluídas com ênfase sobre o real significado da instrução ao homem - *“dá o justo sentimento de sua dignidade, mas também o faz modesto, porque lhe mostra que ignora ainda muitas coisas; ensina-lhe a conhecer o verdadeiro valor das coisas, que consiste na realidade e não nas aparências; na satisfação das necessidades de sua vocação e não em vãs pertencções do seu amor próprio”*.

A Educação Moral nas Escolas de Primeiras Letras é considerada a *corôa* que domina toda a educação do homem, por ser a que *“forma o caráter, nos ensina a dirigir-mos; que faz frutificar a Educação Física e Intelectual; que abrange todos os instantes e interesses da vida; por ela entra o homem de posse da humanidade; é o fim essencial de nossas meditações e desvelos.”* Para o outor, a educação moral não tem limites, pois são os dons da virtude patrimônio de todos - cultivar a vontade, o amor próprio, a justiça. A educação moral não é aprender a obedecer leis, mas é *“necessário e justo amem as leis de seu País, e que saibam gloriar-se delas”*. Na ordem moral, os direitos correspondem a deveres e dos deveres derivam os direitos.

O ensino mútuo também favorece a educação moral, pela simultaneidade dos exercícios escolares, exercitando os alunos a trabalhar em harmonia, a exprimir *as mesmas idéias*. O método os aproxima e une, dispõe-nos a entenderem-se e confundirem-se uns nos outros, estabelece entre os alunos um contato recíproco e contínuo; alterna os papéis e situações, fazendo com que cada aluno saiba por-se pelo pensamento no lugar do outro.

O *Curso Normal* considera como ponto chave da educação moral ensinar os professores como *inspirar nos discípulos o sentimento de seus deveres*. Para tal cumpre desenvolver a faculdade moral da consciência, considerada *“aquela voz interior, que nos ensina a discernir o bem do mal e nos revela a sagrada autoridade do dever”*.

O professor - *sacerdócio da moral*, pelo seu exemplo deve estimular a obediência, o respeito às autoridades, o amor à virtude. O professor é estimulado a *“obrar de modo a praticar o bem, que respire a vossa Escola contínuo perfume de moralidade. Não deve nisto haver falha nem interrupção. O desempenho de vossos deveres longe de cansar a alma, fortalecem-na e remoçam-na continuamente.”* São recomendadas leituras que possam ministrar exemplos apropriados, sugerir reflexões, apresentar imagens do bem, estimular e não castigar. Assim, a Moral apareceria ao aluno como *“tenra mãe, que lhe abre os braços para o proteger do mundo, e dar-lhes a verdadeira vida”*.

A Educação Moral está associada a Educação Religiosa, considerada o caminho para o ensino dos deveres e do respeito a estes. A Religião é vista como indispensável ao homem, “*por lhe ensinar o que ele é, o que veio fazer a este mundo, e para onde vai; por lhe permitir alcançar a plenitude do caráter moral que pertence à humanidade.*” Às classes menos favorecidas, a Religião ajudará a explicar o mérito da longa provação a que são chamados, oferecerá estímulos para todos esforços. Ao professor é recomendado o não privilégio de um credo, mas noções elementares da Religião.

Na escola laica, a Religião continua presente no cotidiano escolar e é recomendada pelo seu alto valor educativo, como pode-se perceber nesta fala: “*A oração, pela qual começam nossos exercícios, concorrerá poderosamente para a educação; porque tem o sentimento religioso admirável virtude para dar sossego e serenidade ao espírito; para inspirar alegria e coragem na criatura humana; para preparar para o trabalho, produzindo de alguma forma na inteligência efeito semelhante ao de ameno dia, que vem animar e aformosear a natureza.*”

Ensinar, doutrinar e inculcar profundamente, este é o objetivo que deve voltar-se a educação para *fortificar o caráter dos meninos*. A escola primária é vista como um *ginásio moral*, onde o menino cedo se acostume a lutar e vencer a vontade própria. Nesta perspectiva, o caráter não reside no arrebatamento das paixões, mas no poder que o refreia, isto é, no império que exercitamos sobre nós mesmos - o controle individual e social. Para a formação do caráter, a disciplina *prudente*, a ordem geral, a regularidade dos exercícios e das atividades, a vigilância, são os principais meios que a escola deve dispor para *domar pouco a pouco as inclinações do menino*.

Na décima-quarta e décima-quinta conferência, o Barão de Gérando esclarece o professor-leitor sobre algumas *molas* da educação: hábito, imitação, trabalho e ordem. As *molas* são as metas que devem dirigir a ação da escola. O hábito se desenvolve pela repetição constante e conveniente dos exercícios e atividades, a fim de que o aluno retenha melhor o que houver aprendido. A imitação parte da premissa do professor modelo de caráter e de vida, por isso que a educação se faz  *muito menos por instruções e mais por exemplos*. O trabalho é visto como condição à independência, à felicidade, fonte de gozo e honra, mas também como meio eficaz de educar, porque explica importantes verdades: “*porque lhe recorda continuamente que não foi a criatura humana lançada sobre a terra para nesta viver ociosa e estéril, mas sim para ser útil por ação fecunda e resultados duráveis*”. Dessa forma, a educação da *indústria* deve começar muito cedo, principalmente nas classes menos favorecidas, porque através dela os meninos aprendem a não ser ociosos e adquirem “*provisões da alma, que lhes requer uma vida de*

*atividade, valor e perseverança*". O ensino dos ofícios e trabalhos de campo são considerados os mais indicados para *formar o menino da indústria*. A ordem tem efeito análogo ao trabalho, pois educa material, intelectual e moralmente. A defesa da ordem se dá em oposição à desordem, vista como revolucionária.

A última conferência, lista vinte e cinco conselhos aos professores de primeiras letras, reforçando *os resultados mais essenciais das considerações* realizadas ao longo do curso. Nesta perspectiva, é sugerido ao professor: estudar as disposições de caráter dos seus alunos; fornecer aos seus alunos *idéias justas de felicidade*; conhecer o *valor do tempo* tanto para si como para seus alunos; buscar a harmonia escolar em todos os sentidos; buscar a boa organização da Escola, *para estabelecer a sua autoridade, conservar a ordem, exercitar a emulação e a troca de mútuos socorros*; ampliar a sua ação para além da escola, atendendo as famílias e a comunidade, mas *sede severo na escolha das amizades*; ensinar a ler, escrever, contar e desenhar, mas, também, noções de higiene, economia doméstica, educação física; respeitar a autoridade legal; cumprir com seus deveres legais; dar a cada aluno um *livrinho* onde conste o dia, mês, ano que entrou na escola, e dados de seu procedimento, adiantamento, disposições de caráter e temperamento; preencher os livros de anotações escolares recomendados pelo Ensino Mútuo; estudar, contínua e sistematicamente, para aperfeiçoar-se, através dos *Guias* recomendados, promovendo conferências e práticas regulares para outros professores; fundar Escolas de Domingo, classes de adultos para aqueles que não estudaram na infância; economizar para aumentar sua renda e assegurar a sua independência; organizar uma *livrariazinha* para os moradores da cidade, organizando assim um círculo de leitura; formar um aluno que saiba exprimir o seu pensamento, a falar sua língua e entender o que dizem. O *Tradutor*, em nota de rodapé, assinala ao professor-leitor as obras disponíveis para o bom uso da língua portuguesa, indicando: *Vida de D. Frei Bartolomeu dos Martírios*, de Fr. Luiz de Souza; *Vida de D. João de Castro*, de Jacynto Freire d'Andrada; *Thesouro da Mocidade*, de J. Ignacio Roquete, impresso em Paris em 1836; *Prosas Seletas*, de José da Fonseca, impresso em Paris em 1837. Quanto ao indicativo de organizar bibliotecas, que "*o governo ajuda e estimula com zelo*", adverte que não aqui entre nós, "*onde parece que o Governo não se julga obrigado a promover a cultura intelectual do país. Só ouvimos falar de melhorias materiais, e como se obteram estas sem aquelas? A cultura do entendimento precede aos benefícios que nascem de outros gêneros de Cultura. As idéias estão nos livros, quem não quer livros rejeita as idéias. (...) quer nos estimem, quer nos desprezem, continuaremos a cumprir nossas obrigação de sermos útil à Pátria, porque não trabalhamos*

*mais do que em desempenho de consciência. Não ignoramos quais são hoje os meios de brilhar entre nós, detestamos-los, abominamo-los de coração, seja qual for a nossa sorte”.*

Após as conferências, é publicado um *Catálogo/Biblioteca*, dividido em três partes: a primeira para uso pessoal do Mestre de Primeiras Letras, a segunda destinada aos meninos que frequentam a Escola de Primeiras Letras, e, por último, uma destinada só para leituras de adultos. Para cada livro indicado, segue uma descrição e um comentário sobre sua aplicação. Para os professores são indicadas “*obras que lhe dêem direção moral, que possam guiar na dificultosa arte de formar o coração e o caráter dos meninos; obras que lhe dão métodos de ensino; obras que contêm instrução sobre a ordem de conhecimentos, que podem fazer parte dos seus estudos*”. Nesta perspectiva, cabe destacar alguns, como Locke - *Tratado da educação dos Meninos*; Fénelon - *Tratado da Educação de Meninas*, para ser lido somente se o professor for casado; Gauthier, Jomard, Bally e Lasteyrie, sobre os métodos de ensino nas escolas elementares, especialmente, sobre o ensino mútuo; Laborde - *Plano de estudos para meninos pobres*. Na extensa lista de livros indicados, o Tradutor assinala somente uma obra, na seção de leituras para *adultos e mancebos*, com tradução para o português, o que permite concluir que o professor-leitor não teria acesso a essa literatura pedagógica, tornando sem efeito a intenção do Autor de estimular o professor a aprimorar-se contínua e sistematicamente.

Na conclusão, o Autor realiza uma apologia de sua ação, como exemplo a ser seguido e copiado pelos professores-leitores: “*entrai com resolução e brio na estrada que vos está franqueada! Ninguém mais do que eu, far-me-eis esta justiça, vos foi tão afeiçoado! Ninguém com mais veras desejou servir-vos; desempenhai generosamente todas as vossas obrigações; espalhai pela nascente geração todas as fecundas sementes de moralidade, instrução e trabalho; vosso bons sucessos, sucessos tais, serão a vossa e a minha recompensa”.*

### **O curso e os saberes docentes.**

O *Curso Normal para Professores de Primeiras Letras*, do Barão de Gérando, está inserido no conjunto de sua atuação e participação na implantação de escolas para as classes *menos abastadas*. A sua biografia atesta a posição de onde fala e traduz sua autoridade discursiva. A obra reflete uma relação estreita com o mundo social, do início do século XIX, de gradativa laicização e universalização da escola primária, como dispositivo de formação disciplinada dos futuros cidadãos, Isto é, como representante da

burguesia preocupada em regradar a *questão social*, *transformar os pobres em povo*.<sup>29</sup>

Como sublinha Pierre Bourdieu, “*a cultura escolar dota os indivíduos de um corpo comum de categorias de pensamento e cumpre por isso uma função de integração lógica ao mesmo tempo que de integração moral e social*”.<sup>30</sup> Nesta perspectiva, esta obra pode ser considerado um *tratado de civilidade*, um estatuto inaugural de formação docente, de natureza laica e pública, que através de conferências propõe organizar, descrever e prescrever práticas pedagógicas e uma cultura escolar homogeneizadora.

O conjunto de conferências intenta construir um leitor-professor que incorpora tanto os saberes produzidos pelo saber social como os saberes pedagógicos: saberes das disciplinas, saberes curriculares, mas acima de tudo saberes sociais, de modelização e disciplinamento

O discurso do Barão de Gérando é apologético quanto ao ensino mútuo, procura qualificar e estimular sua aplicação, num momento significativo de críticas ao método, por parte de diferentes autoridades, nacionais e estrangeiras. Todo a ação discursiva visa justificar, defender ou louvar a aplicação do método mútuo. A obra busca instituir uma prática dominante (ou como) que organiza normas e instituições, impondo uma regularidade, uma lógica e uma razão.

Lucíola Santos nos coloca que “*para se discutir os diferentes aspectos da prática docente é de fundamental importância analisar como é constituído o conhecimento escolar que é o objeto central desta prática*”. Nesta perspectiva, o conhecimento escolar expressa-se no discurso pedagógico, “*que é regulado por um corpo de normas ou regras, que definem o que pode ser dito e o que não pode, o que é verdadeiro e o que é falso*.”<sup>31</sup>

O discurso enfático, da obra do Barão de Gérando, quanto aos deveres do professor e dos alunos na Escola de Primeiras Letras, reforça uma dimensão privilegiada da formação docente - ênfase nos conteúdos morais em detrimento dos conhecimentos a serem transmitidos, o que confirma a intenção das autoridades brasileiras : *importava mais garantir a submissão do professor do que uma formação teórica-prática sólida para exercer a*

<sup>29</sup> CHARTIER, Anne-Marie. Op. cit. p. 591.

<sup>30</sup> BOURDIEU, P. Systèmes d'enseignement et systèmes de pensée. Revue Internationale des sciences sociales, vol. 3, p. 374, 1967. In: FOURQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. Teoria & Educação, Porto Alegre, 5, p. p. 36, 1992.

<sup>31</sup> SANTOS, Lucíola L. de C. P. O discurso pedagógico: relação conteúdo-forma. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, 5, p. 81-90, 1992.

*profissão*. Da submissão do professor -*mestre da moral*, resultaria um aluno - futuro cidadão- dócil e disciplinado.

A análise desta obra remete à necessidade de um (re)visitação aos saberes docentes, aos discursos pedagógicos privilegiados em cada momento histórico, para conhecer as permanências e transformações. Outrossim, permite avaliar a natureza prescritiva, moralizadora, normatizadora, disciplinadora, homogenizadora e harmonizadora do discurso pedagógico, de dimensão conservadora. Ou seja, este discurso reflete uma continuidade e uma regularidade. Isto é, o discurso da laicização da escola mantêm o sentido prescritivo e regulador da escola religiosa, ao qual pretendia contrapor-se.